

FANTOCHES

BASTIDORES DA POLITICA E DOS NEGOCIOS

DIRECTOR E EDITOR

ROCHA MARTINS

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO, Rua do Alecrim, 65 — LISBOA — Telefone 2440 - C.

Os Cadavais e o Passo do Rocio

Os titulares de ontem e os de hoje — O duque no exilio e na guerra — Um fidalgo conhecido e o soldado desconhecido — D. Miguel e o Senhor dos Passos — Da epopèa à cançoneta

Falar outrora dos Cadavais era colaborar numa suave legenda.

Raros eram os contemporaneos que os tinham visto mas o nome dos grandes fidalgos perfumava as bocas com a sua tradição de fidelidade ao seu rei. O sexto senhor do titulo largara com o exercito a unhas de cavalo, diante do inimigo, para o ir aguardar mais longe, até à Convenção de Evora Monte. Sabia-se da sua partida para o exilio, da sua constante crença, vagamente se conhecia a sua morte, mas tinha-se a certeza, que no exilio, estava um duque olhando por sobre as fronteiras a sua grande patria. Jamais se correria um dos seus toiros enquanto não viesse D. Miguel ou a sua descendencia e, numa teima de ferrenho partidario, a gente de Cadaval parecia dizer ao povo, cada vez que nas lezirias passavam os seus gados negros sôb os pampilhos: eles aí estão para serem corridos à chegada do rei legitimo.

Mas o monarca tradicional vivia num retiro da Austria, sem esperanças, recebendo meia duzia de partidarios, lendo a *Nação*, educando os filhos. Sabia-se tanto que os principes da legitimidade existiam como os Cadaval ferrados no formidavel mutismo, recolhendo no castelo dos Pirineus as rendas abundantes das suas propriedades vastas e não querendo nem titulos nem honrarias.

O povo falava da Casa com respeito; dizia que existiam ainda na residencia de Pedrouços, no mesmo sitio, sobre uma mesa cobertas de pó, as luvas que o duque, em 1833, atirara ao acaso afim de as mudar por outras da ordenança e só o facto, talvez mentiroso, duns guantes sujos não serem tocados ha tantos anos, fazia olhar ternamente para o edificio, amar os Cadavais, e a sua grandesa de animo.

Dos seus grandes predios do Rocio, nos baixos do que restava das soberbas propriedades ducaes, tambem se diziam cousas avolumadas.

Olhavam-se e avaliavam-se como se esperassem receber-lhes as pingues rendas e quando da procissão do Senhor dos Passos toda a gente queria vêr a capelinha que os fidalgos abriam uma vez por ano, apenas, na sua propriedade para Jesus descansar.

Era um dos passos do Senhor da Graça.

E' que os duques estavam de mal com os reis mas não com Deus e quando a Santa imagem chegava à porta de seus dominios encontrava sempre onde, durante uns momentos, descansar da sua via dolorosa. Nesse dia, levados, pelo Senhor, os soldados do constitucionalismo pareciam render as honras aos exilados.

Por cousa alguma do mundo os principes devem mudar as tradições de seus avós e tanto o entende assim o grande principio pratico inglês que a alguns dos lords, cujos nomes rolam na historia, impõe obrigações e faz pagar dizimos cada vez que as olvidam. O duque de Wellington tem que ir saudar o busto de Jorge III no aniversario da batalha de Waterloo. E' o culto. Em Portugal raramente êle se impõe, já não digo para com as usanças, mas ao menos para com o Altissimo.

Sucedeu agora esquecerem-no por determinação da Casa Cadaval.

No passo do Rocio onde Jesus descansava abriu-se um estabelecimento no qual não sei se as vendas são tambem por conta dos duques.

Argumenta-se que o Senhor Jesus está proibido pela república, de descer à Baixa, de entrar na sua antiga pousada de S. Roque e vir até ao passo que os seus fieis fidalgos — juises, mordomos, grandes da sua irmandade — lhe ofereciam. Pois sim; mas tambem se dizia que D. Miguel nunca mais vinha e os toiros de Muge, os belos bois reais, não se corriam.

Porquê? Porque os duques esperavam, ou pelo menos mantinham para os outros, a crença no regresso do rei. Uma ocasião chegou em que appareceu nos cartazes a noticia duma tourada com um dos seus curros. Apressadamente a desmentiram. Não queriam que se dissesse quebrarem as vontades dos seus maiores, sobretudo a daquele duque partindo para Elvas, à frente dos cavaleiros fieis e àcerca do qual os constitucionais cantavam:

*Eu vi, eu vi
Lá no Rocio
O Cadaval
Tremendo com frio*

Era em Julho, a 23; corria um bafo ardente sôbre Lisboa. Nem havia frio nem o duque tremia. Mas o odio politico pôde tanto que até nas cantigas é mentiroso.

Chegou, porem, o momento em que se autorisou a lide dos toiros ducaes. Desse dia em diante toda a gente sabia que os Cadavais já não tinham esperanças na volta de D. Miguel, de quem era condestavel o primogenito da casa, o senhor duque D. Nuno.

Tampouco pensava em ligar-se ao constitucionalismo esse grande senhor nascido no exilio, criado por uma mãe estrangeira, morto para a tradição, casado em Paris, na grande aristocracia, aliado dos Gramonts, por sua vez parentes dos Hamilton após a aventura galante que levava um dos seus à emigração, indo o ramo mais velho entroncar-se com os Guiche.

Talvez que o senhor de Cadaval nem soubesse do que faziam os administradores da casa e entrevia-se, sua excelencia, sua alteza, porque era primo dos Braganças, vivendo no seu castelo essa existencia dum gentilhomen do seu tempo caçando, desportando, preparando um livro de geneologias, ou apenas, recebendo a parentela num grande preceito de gentileza e de etiqueta.

Um dia, porém, appareceu na emigração, em S. Jean de Luz, um rapaz alto, desengonçado, de rosto ossudo e que coxeava. Falava e entendia tão pouco a lingua portuguesa que os cadetes de Couceiro lhe ensinavam arrieiradas que êle repetia como frases de salão, não guardava atitudes nem tinha a tunanteria brava dos soldados vencidos porque não combatera nem no seu sangue ardiam as coleras dos exilados. Estava ali como numa partida de *tennis* e amesquinhando nas noites de tertulia, perdido das horas de conjura, esse mancebo extranho tornara-se um fantoche entre os consciences soldados duma Causa destroçada.

Era sua alteza o senhor duque de Cadaval.

Depois, veio à supuração a brutalidade da sua maneira de ser; desmanchara-se nele a ancestralidade e de Portugal apenas comia as rendas, não usava nem sequer esse arroubo de valentia que os seus antepassados mantinham — e como um rebento gafado de uma raça que se decrepitava — o senhor duque tinha falhas de pudor, como de gramatica, como de etiqueta, como da dignidade do seu nobre titulo.

Não fizera o seu bacharelato, não se tornara util por si proprio neste tempo em que até os reis decaídos são obrigados a procurar um mistér, e por isso quando a guerra rebentou e êle teve a ideia de servir o seu país assistia-se a este espetáculo extranho de vêr um duque de Cadaval chafureando o seu automovel dentro do qual se repotreava o senhor João Chagas, ministro da republica em Paris.

Lá em baixo, no *front*, os rapazes do seu ducado, a turba rija de Muge e arredores, aldeões, campinos, vilaregos, eram soldados, consumiam-se na guerra, entisicavam e, entretanto, apertado numa larda — julgo que com as divisas de sargento — o titular ia guiando o carro e conduzindo, ora os officiais de licença, ora os politicos em férias ás casas que a sua pratica do Paris suspeito lhe ensinara numa vil *tournee* dos grãos duques da demagogia.

Gota a gota parecia sumir-se por uma maligna fistula o que restava da grandeza da sua casa, pingo a pingo se ia acabando a beleza da legenda e, como em vez de arriscar a vida sob uma trincheira, conduzia um Hudson era como *chauffeur* e não como soldado que o consideravam.

Á sua volta subia um desdem enorme e mais lhe valia ter morrido ao acaso, ser esfacefado por uma granada, ficar tão desfigurado que o levassem para a Batalha como um soldado desconhecido do que vir para Lisboa, tropego de nascença, e não pela guerra, roçar-se no Suisso com *maletas* e aparecer no palco do Apolo, com as divisas de sargento, a receber as palmas duma platea tonta quando o Rui Chianca escreveu a peça *Nun'Alvares* e lá exhibiu o descendente num final de acto.

Nun'Alvares! E era toda a oração de um povo subindo para o libertador de uma patria, era a sua divina fé num futuro, a sua alma de soldado vertendo as amarguras heroicas, agora de joelhos, logo de pé na lucta, devastado pelo sofrimento mas acreditando numa redenção e acabando feito monge no alto do Carmo a mostrar ao embaixador de Espa-

na, sob a sua almalaga, a couraça de grande cavaleiro. E para que o não julgassem caído, sem animo, sem força, êle, agarrando ao acaso, o couro de uma lança atirara-o ao Rocio, onde viera espetar-se para mostrar a rijeza do seu braço de ancião e a certeza vitoriosa da sua alma de guerreiro.

Ali proximo do passo onde os Cadavaes recolhiam outrora o Senhor Jesus talvez que muito rentinho com êle no, então Campo de Valverde, tivesse ficado a vibrar a arma do soldado valoroso. Seculos depois passava, por ali, decadente sendo moço, destrambelh'ado tendo juventude, indene da guerra e tendo sido o palafreireiro dos diplomatas do regimen, o seu descendente, aquele que usava os titulos de duque de Cadaval e se chamava D. Nuno Caetano Alvares Pereira de Melo, marquez de Ferreira e conde de Tentugal.

O mundo mudava muito, é certo; mas a fortuna dos aristocratas desse ramo não sofrera tanto que fosse necessario deslustrar, ante a miseria, o caracter de quem usava um nome quasi real.

Podia a duqueza estrangeira, no seu castelo de Pau, não acreditar mais em D. Miguel, desdenhar dos constitucionaes, querer na guerra um filho do seu sangue seguindo o exemplo dos seus avós, na hora em que a patria estava em lucta, mas não o mandou decerto para um ponto onde não chegavam as balas. A duqueza viuva, Zileri dal Verme, podia até mesmo não amar de Portugal senão as rendas opimas dos seus leudos mas o que uma senhora de sangue fidalgo não devia autorisar, do que não podia descrever, era da religião. Ser-lhe-ia impossivel empurrar esse duque decadente para uma morte gloriosa, evitar que fossem corridos os seus touros, quebrando a tradição, mas vender, por uns contos de réis, a capelinha onde Jesus descansava, seria bem a tarefa de um burguês que a comprasse depois de negociar em crimes, de se atulhar nos escandalos mas nunca de quem tem o dever de guardar a tradição.

Primeiro, deixou de acreditar na monarquia de D. Miguel, depois desfez-se da crença no Senhor que poderia ainda ali descansar. Preferiu que no lugar santo se vendessem doces de côco, marmelada, refrescos e com um titulo sacrilego — *O Passo* — sobre a porta, se desse de comer e beber aos que de Jesus zombam.

Agora aos Cadavaes só resta fazer um casino no palacio de Pedrouços com uma bailarina a contorcer-se lasciva e parodiando até o que os constitucionaes, sem razão, tinham cantado do fiel avô:

*Eu vi, eu vi,
Lá no Rossio
O Cadaval
Tremendo sem brio.*

Desses passos dos Cadavaes, a Deus votados, e agora vendidos, ficariam apenas uns passos desta grande dança, do turbilhonante *colillon* do dinheiro.

O Congresso Democratico julgado por si proprio

Os antigos monarchicos da republica - Os grandes Jacobinos - Recordação de uma tarde no Roclo - O directorio democratico e os seus componentes - A confusão de côres

O Congresso Democratico foi um alfobre onde floriu a doce plan'a da fraternidade, houve uma egualdade de termos nas discussões e alargou-se a mais ampla liberdade de palavra. Não se pôde dizer ter sido relegado o grande programa partidario. Uma enorme ancia de meralidade presidiu ás deliberações e de todo aquele conjunto de republicanismu safu um directorio, cuja maioria é composta por antigos monarchicos. Eis a tolerancia e eis os nomes a que me reporto, desvanecido por poder constatar que um homem quando se inscreve no partido damocratico é como se recebesse um banho de agua lustral.

Posto isto, vamos aos eleitos, que outrora na reacção monarchica mergulharam:

O senhor Artur Rodrigues de Almeida Ribeiro, o senhor João Teixeira de Queiroz Vaz Guedes, o senhor José Domingues dos Santos, que a accumulava com a profissão odienta de padre, o senhor Vitorino Maximo de Carvalho Guimarães, o senhor Alberto Ferreira Vidal, o senhor Artur Augusto da Costa, que, apesar de ser irmão do *maior de todos*, se conservava teixeirista em 5 de outubro, como se não lobrigasse o mano pela mesma luneta com que o vê hoje. Acresce, ainda, o senhor Ernesto Julio Navarro e, se puxarmos um nadinha, toparemos, no grupo dos dirigentes da demogagia, alguns monarchistas de baixo coturno mas de longas aspirações e bôcas sempre corcodilamente escancaradas. Mas emfim, o partido elegeu-os e nós, profanos, cousa alguma teriamos a dizer, se não nos tivessemos imposto o encargo de profundar o trama — o entrachado — das agremiações que nos governam.

Já ha muito tempo tinha pensado na nascente formidavel de republicanos, a brotar em catadupas, desde que numa manhã de outubro, Machado Santos na Rotunda, com um punhado de sargentos, dera tiros e o José Carlos da Maia, com meia duzia de civis, fizera assaltos no mar. Só nessa semana entraram para a maçonaria quinhentos irmãos. Houve repartições publicas que acudiram ali em massa. Chegavam a fa-

zer bicha na entrada da casa das caveiras do Grande Oriente. Passara uma epidemia: não havia duvida que o regimen republicano era o melhor. Diziam-no o senhor Ferreira do Amaral e o senhor Marques das Barbas, um dos quaes fôra presidente do conselho e o outro, ainda dias antes, andára atraz do infante em Cascais; diziam-no os continuos que tinham rastejado diante dos ministros e os militares que babujavam de juras e de beijos as mãos do rei; asseveravam-no os moços de fretes e os moços da vida. Os republicanos sinceros enojaram-se e foram submersos. Bruno era apupado, Bazilio apedrejado, Antonio Claro teve que emigrar, Artur Leitão partiu para a Africa. Em troca, Correia Barreto foi ministro; Ferreira do Amaral, senador; Cerveira de Albuquerque, director geral; Abel Botelho, plenipotenciario. Quem quizesse adherir recebia um emprego. Sentia-se que á republica faltava pessoal. Os que não tinham pudor acorriam. Eu, que fiserá as minhas primeiras armas ao lado dos republicanos, mas os deixara para seguir João Franco — não por ambições, pois ele não as satisfazia — fui palpitado a ver se aceitaria o logar de consul geral no Mexico. Tive uma revolta. Compreendi o que faziam aos outros e, mais ainda, senti o que os outros, essa turba sem ideias, sem dignidade, sem fé, fazia por sua vez. Uma tarde, ao lado de Teofilo, na presidencia do governo provisorio, onde me chamára, assisti a verdadeiras repelencias. O continuo tapava com papel a corôa real esculpida na cadeira pombalina; os funcionarios chegavam submissos, fascinados, pulhas e aos bandos.

Havia até quem nunca tivesse falado ao escritor e lhe recordasse, agora, vagos parentescos. Eu sentia a onda a subir, ao vêr os monarchicos, ou antes, os que comiam da monarchia, galgando na republica como borbotões de sargentas. Com a canalha da rua succedeu o mesmo. A onda malevola afirmava-se republicana; na vespera não se batera. Tive uma grande vontade de emigrar como fez Malheiro Dias. Cada dia, porém, a nausea me tomava mais; não podia fugir. Era necessario que me batesse e, sem que um só dos meus velhos amigos da republica me deixasse, eu comecei o combate. Quantas vezes eles me aplaudiram. Nas barricadas monarchicas falei, escrevi, combati, falo, escrevo, combato quando seria facilimo recolher-me a uma tarefa apenas litteraria. Mas o quê? Diante desta onda, cada vez maior, de nojencias, é preciso alguém que grite ás consciencias: olhem que é vasa, fujam da lama!

Como se demonstrou já, foram os antigos vivedores da monarchia que se tornaram, de cumplicidade com os republicanos indecorosos, os comedores da republica.

O que o partido mais radical do regimen acaba de fazer, elegendo para o dirigir muitos antigos realistas é a sintese deste baralho e deste pantano. Espiritualmente, o partido democratico é aquilo. Dos mil e tantos homens que assistiram ao Congresso, setecentos, pelo menos, não se bateram pela republica antes de 1910. Serviam os caciques sertanejos ou exerciam o caciquismo por sua conta. Todavia, tenho a certeza, são esses os maiores jacobinos, os que berram, barafustam, clamam contra a reacção, dignos pares dos que escolheram para os conduzir, a essa cevadeira de interesses a que chamo pia de ideias.

Lembro-me que, um dia, no Rocio, cercado por uma malta que me apupava, expliquei a ingerencia dos videiros nos regimens, enquanto um antigo creado de casa fidalga, tornado director duma agremiação jacobina e continuo de ministerio, me increpava. Olhei-o com desprezo, e

exclamei: Os senhores teem da liberdade a ideia que ella é uma meretriz a suar de infamia para os engordar!

O berreiro continuava até que se acalmou quando lhe disse tornar-se facilimo ser ministro na republica mesmo vindo da monarchia com culpas e sendo-se profundamente ignorante. Citei nomes, mostrei casos, indiquei individuos e, daí a pouco, aqueles excitados quasi me convidavam para tomar café. Tinham visto a verdade. Eu acabei dizendo o que sentia diante de tudo isto: «adherir é ser ministro e mandar buscar copos de agua pelos soldados da Rotunda».

São paginas de romances futuros o que me sugere tudo quanto penetro. Vejo incoerencias que veem do estomago como arrotos e saem das bocas como discursos. O povo tem pouca memoria, mas no fundo simpatiza ou antipatiza, por instincto, com os homens que apparecem em publico. Descobre a sinceridade. A escumalha, essa ajolda e acaudilha quem lhe póde fazer favores, arranjar os logares, preparar-lhes a mangedoura. Os principios são hoje alguma coisa de arcaico, é eu, a todos os momentos, tremo, lembrando-me dum regresso ao antigo regimen. Sinto-os, vejo-os, ouço-os já a bradar que foram para o democratismo para o arruinar. No fundo, nunca tinham deixado de ser bons realistas. E quando eu chegar ao meio daquela massa imensa, ella ha de clamar:

Fóra jacobino!

Pois não é o mesmo que succede dentro do partido democratico, de cujo congresso safu um directorio duma singular especie azul e branca; azuis pelo medo, brancos pela fome, hoje rubros pela indigestão, verdes pelo odio?

D. Cesar ou as ambições de um demagogo

Dos nomes e as suas significações — Adão o pai dos outros — Os apelidos à vontade de cada qual — A revolta monarquico-democrática — Ou Cesar ou Lopes

Existe em Oliveira de Azemeis, que eu já representei no Parlamento, um notario democratico de grandes vistas. Medra na alma deste tabelião demagogico uma ambição desenfreada e acreditando tanto no futuro da república, como eu nas almas do outro mundo, vai preparando largamente para a velhice um escudo magnifico.

Chama-se Basilio, como o *Enxertado* de Camilo, Lopes como o celebre fabricante de chocolates espanhoes, Pereira, como o brasileiro do *Eusebio Macario* e é bacharel a diferenciar-se do senhor Antonio Maria da Silva de quem se diz correligionario mas a quem abre sinais fundos em larga opposição.

Não sei nem procuro saber dos antecedentes heraldicos do notario, mas julgo que não tem quaisquer dignos de nota nas regiões de Cabanas, nem tampouco nas da Marmeleira, onde residem os maiores de seus avoengos e os de sua esposa. Tambem numa alma puramente demagogica, formada de reconcavos de barretos frigios, esta cousa de antepassados ecôa mal e o melhor é não se querer saber donde se brotou. Havia um que evocava o pai, batendo no peito formidaveis punhadas e bradando da sua cadeira de ministro:—Sou filho de um taberneiro!—Bem se vê; não o pode negar v. ex.^a . . . respondia-lhe um lisongeiro.

Chama-se a isto orgulho dos pergaminhos de quem explorou o povo deitando agua no vinho ou campeche em sangue de boi e que deve desagradar mais aos envenenados do que os titulos heraldicos dos que matavam muitas fomes com os caldos das portarias.

Berrar-se a paternidade de um homem de baixo mister, com orgulho, é tanto de vaidade como arvorar a ascendencia de um marquez. Depende das epocas. Os nomes são muitas vezes especies de passaportes. Nas democracias é melhor uma pessoa chamar-se simplesmente cidadão José que D. José Cidadão e até julgo que o senhor marquez de Vale-Flôr — cujo nome de José Constantino era uma gloria colonial — vai repudiar o titulo para não lhe tocarem nas propriedades de S. Tomé onde, segundo se bichana, ha postes encravados em terrenos do estado e uma exploração do negro medelaramente instalada.

Mas o marquez é multi-milionario e não se importa com o futuro, vive muito fóra das combinações políticas e não sabe o que se passa. Já não acontece o mesmo com o tabelião de Oliveira de Azemeis. Esse é democratico, profunda o sentimento das hostes e aguarda o momento em que tudo isto desabe. Ataca o senhor Antonio Maria da Silva para marcar o seu logar e assim como o senhor Afonso Costa, retirado em Paris, conta com o titulo de conde de Ceia — esplendida mercê para quem tem passado a vida a cear à custa do país — assim o notario aguarda compensações na hora que êle — e deve ter as suas razões fortes — julga ir soar: a da proclamação da monarquia: A sua hora de triumpho, a minha hora de exilio porque se as cousas levarem o caminho que este democratico traça com seus actos, teremos os seus correligionarios no poder dando vivas ao rei e todos veisondalhados a falarem dos avós.

Como poderemos nós entrar na côrte? Não que não sabemos como se chamava o nosso avô. Alguns julgam que o seu antepassado mais antigo era Adão, simplesmente Adão, quatro letras insonsas que marcam o nome de um homem enganado pela mulher! Nós, não. Preferimos o macaco que foi poligamo desde que fez a primeira careta aos soes do mundo inicial.

Perguntar-me-ão porque entrevejo essa monarquia onde os demagogos de hoje exerçam o papel que os realistas apagados de hontem tomaram dentro da república: o de donos? É simples. Como não posso imaginar o senhor bacharel Basilio Pereira traidor ao seu partido, e como sei que nas hostes democraticas se olha muito para o dia de amanhã, é numa realêza triunfante que êle pensa e na qual se fale muito, como o senhor Artur Costa evoca os tremendos e perigosos tempos da propaganda republicana quando era regenerador em Figueira de Castelo Rodrigo.

Mas porque pensa o senhor notario Lopes Pereira em semelhante regimen? Porquê vai segurando para êle a sua geração.

É o que se chama pôr apelidos a juro, pois outra cousa não significa a série de nomes heraldicos que o prócere demogagico despejou no registo civil sobre a cabeça de um seu filhinho, decerto um encantador e robusto *bébé*, ao qual desejavamos uma mocidade mais leve que os apelidos com que o ajujaram.

Registou-se o fruto da arvore da liberdade desta resonante maneira: D. Cesar Maximo Fernão da Hirmania de Melo Soares de Albergaria de Figueiredo Lobo e Silva e Souza Pacheco de Moscoso e Araujo Lopes Pereira (Sevêr).

Claro que, alóra os apelidos plebeus, o resto é uma *camouflage* em que se envolve o inocentinho mas por isso mesmo se deve acreditar num proximo movimento realista — talvez o de 20 de junho anunciado no congresso democratico — e no qual só entrarão correligionarios do senhor conde de Ceia (Afonso Costa).

Triunfante essa especie de monarquia, o notario de Azemeis terá em seu filho o seu melhor argumento. Jámais fóra democratico. Acaso o podia ser um pai que registava o pequeno acrescentando-lhe um Dom a tão sonoros apelidos? Êle mesmo — e então revelaria o seu segredo, aquele enorme e misterioso segredo que o corroeu tanto tempo — sim, êle proprio, Lopes Pereira, tabelião e demagogo nunca se chamara assim. O seu nome era tambem D. Cesar Maximo Fernão da Hirmania de Melo Soares de Albergaria de Figueiredo Lobo e Silva de Souza Pacheco

de Mòscoso e Araujo (Sevêr) e Senior!!! Sim senhor e Senior, ou, se quiserem, D. Senior!

No caso do movimento criar raízes e triunfar nada mais terá a alegar em sua defeza; se falhar, se não contar com o apoio do grande homem de Ceia, então, o notario, emproando-se poderá gritar: Eu sou o Lopes Pereira! Não tenho culpa que a reacção tivesse penetrado no meu lar pelo buraco da fechadura. Esse D. Cesar Maximo não passa de um *talassa*. E é meu filho, e é do meu sangue! A maldita seita negra perdeu-o. Aquilo não é nome; é uma facha em que o enrolaram e que no registo civil imaginaram pertencer-lhe... Mas não, creiam que não. Foi uma troca de cueiros...

Então o é falido D. Cesar Maximo Senior erguer-se-á numa colera profunda e gritará apontando o encarregado dos registos.

— O culpado êle!... Que maquinaria esse homem? Nega-se o nome de Lenine a um inocente, como succedeu em Lisboa, porque é revolucionario e estão sempre prontos para esta heraldica hedionda!

E, convicto, como sempre, o notario, soltará o seu grande brado: Abaixo a reacção! Depois, voltando-se para o filho chamar-lhe-á só Lopes.

O diabo é se isto leva muito tempo e o D. Cesar, depois, não dá pelo nome.

Diante destas severas palavras entrevemos que a descrença já invadiu a alma do velho candidato, que tendo sido ministro da monarquia nunca julgou chegar à presidência duma república como a que descreve com tanta sinceridade e severidade.

Todos estes conceitos maximos se encontram apenas numa columna de jornal.

Na outra surge dum homem riquissimo, como s. ex. é um tão grande inimigo das plutocracias como eu sou. Dahi a seguinte trecho es-

Como o senhor Doutor Bernardino Machado acusa os correligionarios

Conceitos profundos — O Estado visto por um seu corypheu — O mal das plutocracias — Influencias novas numa velha convicção — O ex-presidente inimigo das instituições ?

O senhor doutor Bernardino Machado tem escrito na *Patria* uma série de artigos intitulados *Depois do Monsanto*, nos quais, sob uma forma de critica historica, julga os correligionarios. São, realmente, trechos de observação para a qual é preciso ter os olhos de s. ex.º — *trop-grands* e *trop-vifs* — como dizia a um pintor, mas que se devem anotar, pois são caracteristicas do momento actual:

«O mal da nossa administração publica, é, como foi sob a monarchia, o desregramento administrativo».

«A falencia de que sofremos é a dos governantes».

«Não os movem geralmente principios, embora um ou outro invoque, ainda, por vezes, enfaticamente a velha condenação do Estado industrial».

«O governo propõe e o Parlamento vota só despesas, empréstimos, impostos».

«Depois dum ano de crimes politicos e financeiros, veiu, não a reconstituição mas estes ininterruptos quatro anos de esfacelo politico e financeiro».

«Ao saque militarista succedeu o desbarato administrativo».

«De certo que o estado precisa ter autoridade para administrar. E por isso não ha problema mais urgente do que o de saneamento e moralisação dos serviços publicos».

«Mas, se o poder não possui força moral para administrar, a sua renuncia nada remediará».

«Enquanto os governantes não forem compelidos ás responsabilidades dos seus actos, enquanto não derem rigorosas contas de si, do seu mandato, aos seus concidadãos, tão pouco poderão tomá-las, seja a quem fôr. E' o que está acontecendo, a despeito duma profusão de commissarios fiscaes, que, para cumulo, sofrem o vexame de receber a remuneração e gratificação directamente dos cofres fiscalizados. Quanto o verberamos na propaganda !»

Diante destas severas palavras entrevemos que a descrença já invadiu a alma do velho caudilho, que tendo sido ministro da monarchia, nunca julgou chegar á presidencia duma republica como a que descreve com tanta sinceridade e severidade.

Todos estes conceitos maximos se forrageam apenas numa columna de jornal.

Na outra, surge dum homem riquissimo, como s. ex.^a é, um tão grande inimigo das plutocracias como eusou. Dahi, o seguinte trecho escrito pelo antigo chefe do estado republicano, que ajudamos a expulsar do poder, ficar tão bem nesta pagina, como se fosse meu colaborador:

«*A desregrada vida financeira do Estado, por mais que se ampute, continuará incuravelmente a sujeitar-nos ás prepotencias das plutocracias.*»

«*Antes mesmo dos contratos officiais se estipularem, as lutas de interesses egoistas que o governo é impotente para conter e derimir, são, por vezes tais, que os empreendimentos mais instantes não vingam iniciar-se sequer.*»

«*Apuraram-se já as dividas dos banqueiros ao Estado?*»

«*Quantas concessões continuam em mãos avaras e improductivas?*»

«*Se até magnates republicanos apelam para a fiscalisação monarchica.*»

«*O Estado tem que reassumir a plenitude da sua activa soberania. Mas, para a reaver hade encerrar o periodo das crises deficitarias.*»

«*E' um pavor que no fim do corrente ano, a nossa divida interna atinja três milhões de contos! Milhões!*»

A parte que abaixo se transcreve é como uma recordação da velha propaganda, com um final de quem solicita luzes dos candieiros justicadores:

«*Até em companhias e bancos dependentes do estado são eles (os adversarios) que mandam, servindo-se inclusivamente dos titulos da fazenda publica, quando não mesmo da cooperação do governo, para se alçarem nos postos da direcção donde nos combatem. E são eles que, mais calorosamente, que ninguem, propagam a entrega da administração dos serviços publicos ás forças vivas, isto é a sua administração. E quanto a sua pressão pesa sobre os nossos dirigentes!*»

As acusações são claras: é a falencia, é a má conduta, é a falta de autoridade, é a desvergonha, é a ruina, é a cumplicidade com a plutocracia, é a traição, a falta de ideal, é, enfim—embora o senhor doutor Bernardino Machado não o diga com todas as letras— a completa necessidade de se demolir semelhante sistema.

Esta reviravolta tão profunda, tão rapida e tão cheia de verdades, faz-me pensar que o estudo da figura de Hintze Ribeiro, cujo elogio historico o republicano vai traçar na Academia, deve ter influido muito no seu espirito.

E' que s. ex.^a, o ex-presidente de republica, falou como um conselheiro, como um inimigo das instituições, como um «thalassa».

O governo e o papel ou o papel do governo

Um negocio que é um atentado ao pensamento — O pão e o papel — Os estrangeiros benemeritos do livro — A Moagem e os Papeleiros — A masseira dos Interesses

Ha um homem no ministerio ao qual ainda ninguem acusou de crimes, nem contra a liberdade, nem de ligações muito intimas com a plutocracia. É, por assim dizer, um ministro do qual se pôde discordar mas com quem não é impossivel tratar. Se fosse, como o senhor Fontoura, um servidor da casa Burnay ou de outra, se fosse um conubiante das grandes negociatas, dir-lho-ia antes e, do mesmo modo, continuaria neste assunto de tão alto interesse que é possivel existir à sua volta uma gananciosa quadrilha pronta a explora-lo e a ligar-lhe, para sempre, o nome do titular da pasta.

O homem de que falo é o senhor ministro das finanças; a questão é a do papel.

Os *Fantoches* são impressos no mais ordinario papel nacional. Como se vê, é pessimo mas custa tão caro como se fosse pago em ouro. As fabricas deste artigo não dão aviamento às necessidades do mercado sobretudo no destinado ao jornal e ao livro mas, apesar disto, distribuem magnificos dividendos aos seus acionistas, pagam regiamente aos seus directores, que são ferozes inimigos da imprensa a qual os zurze a miudo e da qual se vingam alteando, por seu capricho, o preço do genero indispensavel à sua industria. Fazer uma analyse à escrita de certa Companhia seria encontrar os seus lucros fabulosos e constatar que, como succede com a Moagem em relação ao povo, vegetam, para seu proveito, varias empresas.

Proteger mais semelhantes sugadores da vida dos jornais, das casas editoras, dos homens de letras, dos operarios — dos seus e dos alheios — é criminoso. Abarrotam. Já se vê que ninguem os vae fazer pagar os lucros de guerra que devem, pois enriqueceram então naquela vertigem de que falo — e muito bem, o chefe do govêrno — à custa do proprio estado, esses papeleiros vorazes. Se um dia o acaso duma revolução — só assim eu poderia chegar ao poder — me lançasse num ministerio o meu primeiro acto seria tratar da Moagem com independencia, criterio e justiça; o segundo seria meter na ordem as fabricas de papel. Como não é impossivel semelhante ascensão com a rapidez de pôr termo a um mal presente, é justo que elucide quem governa, àcerca dos crimes pre-

parados para engordar autenticos inimigos do desenvolvimento literario do país.

E' o que vou fazer, relatando ao senhor ministro das finanças a traficancia na qual o desejam por colaborador.

Pretende-se fazer pagar por *cada quilo* de papel estrangeiro 1500 reis de direitos; isto é, vão obrigar-nos a ser feudatarios das companhias papeleiras nacionais. Subirão tanto os preços que varios jornais, revistas, casas de obras, tipografias terão que fechar, visto o publico não poder pagar mais caro o periodico e o livro—oh! livro nacional tão falto de protecção que até se lhe marca um imposto para ser exportado—o que representa um crime sem nome—e, em compensação, ganharem os papeleiros, durante a época da resistencia dessas empresas, avultadissimas quantias. E' certo, tambem, que desencadearão contra elas uma repulsa igual à que já se tem pela moagem e que no dia do ajuste de contas pagarão caramente. Os intellectuais, que vivem da sua pena, serão obrigados a emigrar, as companhias do papel distribuirão os dividendos pingues, mas um dia chegará em que não darão nenhuns e as razões eu as explical-as-ei na altura devida.

O estrangeiro—o alemão sobretudo—fabrica papel magnifico por alto preço, mas tão diferente do nacional, que dá margem para se viver arrastadamente, desde que o não sobrecarreguem. Os portuguezes não querem fornecer papeis de boa qualidade para revistas, senão por exorbitancias e para jornais igualmente.

Carregar nos direitos dos papeis que se importam, não é proteger uma industria nacional, é engordar traficantes. Não ha o direito de se encher de dinheiro um negocio arruinando muitos outros e é o que o senhor ministro das finanças vai fazer, entregando o livro, e a imprensa—á excepção de dois outros jornais, com interesses em fabricas ou em subsidios da plutocracia—á ganancia dos que ha anos os exploram.

Não póde ser; não ha de ser! O ministro ponderará e contribuirá para desenvolver a arte literaria em Portugal. Todos nós lho saberemos agradecer em nome do pensamento humano, que não póde ser servido como uns miolos vulgares, em *omelette*, aos donos das fabricas de papel.

Posto assim o assumpto, não resta duvidas que a questão será resolvida como é justo; não se póde pensar o contrario e se ha um motivo soberano para nos amarrar assim, se ha um particular interesse do estado em proibir a importação, então que se ponha tabela ao papel como se faz com o pão. A resposta será o encerramento das fabricas e, logicamente, a livre importação. Atirados para esta situação os exploradores capitulariam.

Do contrario, só se poderão lêr os jornais da moagem, porque os livros dela são tão sagrados, que, apesar de ter sido nomeada uma comissão para os desvendar, ainda não os soletrou.

Parece ter caído, como tanta gente, em Portugal, na pia dos interesses: na masseira.

O miôlo dos meus bonecos

III

O EMBAIXADOR

Jamais tão impecavel diplomata frequentara os salões. Alto, direito, de busto bem modelado, ele tinha a altitude dum homem que paira nas alturas. Sorria conforme as pessoas com quem falava, modulava a voz com tanta precisão que as gamas soavam sempre sem um desvio.

Parecia ter nascido para a carreira e sendo um dos mais elegantes secretarios de legação a subita paixão da presidente do conselho, num país distante, atirara-o para outro, num largo aumento, evitando-se assim certo e gravissimo conflito internacional. Era um *charmeur* e não se podia conceber esse homem tão espartilhado, tão fino, tão correto, senão vestido na sua casaca ou apertado na sua farda. Como faria ele para se despir, como satisfaria as necessidades imperiosas que todos os seres, mesmo os mais belos, teem que pagar à natureza como uma decima vil do seu barro miseravel?!

Não se compreendia o senhor embaixador — já por seu porte e gentileza, galgara à maior categoria da barreira — em ceroulas ou em mangas de camisa.

Não envelhecia; a sua face luzia tons marmoreos e a risca do seu cabelo tracejava-se tão finamente, abria-se num sulco tão côr de rosa, que dava vontade de vêr se não era uma cabeça de manequim, magnificamente trabalhada, servida por maquinismos novos, que sua excelencia trazia sôbre os seus hombros. Mas não; ele falava e por sinal, que nunca dizia uma palavra a mais nem a menos, procurava agradar a toda a gente, e na curva bêm medida da sua vénia, no olhar bêm preparado para os efeitos, no gesto — oh! sobretudo no gesto! — jamais irritado, sempre preciso — consubstanciava toda a diplomacia.

Tinha os seus modos para as senhoras, para os adversarios, para os amigos, para os colegas, para os soberanos, para os presidentes da republica, para os mendigos e até para os animais. Nunca os modificava, trazia-os como num mostruario, catalogados, prontos a servir, interessan-

tes ou desdenhosos, suaves ou vivos, gentis ou complacentes, piedosos ou calmos, todos tanto a proposito que não havia que lhes dizer. Celebravam-se as suas maneiras como se fôsem dum ritual e os jovens aprendizes da diplomacia copiavam-nos como imitavam os laços impe-caveis das suas gravatas londrinas. Não era um homem como os outros, mas um ser de exceção que — como já disse — não estava sujeito à vil condição humana. As mulheres queriam, desejavam como se vissem nisso a salvação, saber quais as palavras que o senhor embaixador pronuncia-va em seus abandonos amorosos, no instante do grande arrepio da vida. Ele, porem, reservando-se para intimidades principescas ou de grandes categorias do feminismo politico, mal correspondia a quem de tanta curio-sidade o cercava. Passava sempre magnifico, interessante, esplendido, de attitude rigida, com o seu sorriso nomenclaturado, sendo uma instituição mais do que um homem, um cargo mais do que uma pessoa.

Um dia, porém, no meio duma esplendida receção, o senhor embai-xador, depois de obter triunfos de toda a casta, de ter sido soberbo, grandioso, incomparavel, saíra para a salinha, sentara-se, remexera-se, torcera-se, revirara-se, e, com olhares subtis, relanceados para todos os lados, erguera a perna, pousara o pé sôbre uma poltrona, levantara a calça listrada, e, molhando rapidamente o polegar e o indicador direitos, apanhara rapidamente qualquer cousa junto à sua pele, perfumada, na anugem das canelas, soltara um ai salisfeito, e entrara de cabeça ergui-da no salão torcendo nos dedos, com a volupia gosada nas suas victorias diplomaticas, a pulga que lhe sorvera o sangue e o fizera perder a linha ao menos na intimidade.

ROBERTO

